

O ESTADO DE GOIÁS E OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: PERFIL DOS MUNICÍPIOS COMPONENTES (2010).

*Dinny Kelly Borges Santos^{IC}, Karine Aparecida Obalhe da Silva Piorski^{PQ}, Ednando Batista Vieira^{PQ}, dinnykelly0507@gmail.com.

Universidade Estadual de Goiás câmpus Itumbiara Av. Modesto de Carvalho, S/N

O objetivo principal do trabalho é comparar o perfil socioeconômico de municípios componentes e não componentes de Territórios da Cidadania em Goiás, no ano de 2010. Para tanto, a metodologia utilizada foi a análise fatorial para agrupar variáveis de caracterização socioeconômica e a análise cluster para agrupar os municípios conforme similaridades de caracterização socioeconômica. Os resultados sugerem que a maior parte dos municípios que compõem os Territórios da Cidadania em Goiás se encontram com perfis socioeconômicos críticos e portanto, de inexpressivo desenvolvimento territorial. Nesta condição se encontram também mais de 50% de municípios que não fazem parte do recorte territorial, revelando uma situação preocupante na condução das políticas no Estado de Goiás.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Desenvolvimento rural; Desenvolvimento territorial; Critérios Socioeconômicos; Clusters; Goiás.

Introdução

O avanço de perspectivas territorialistas na economia ganha fôlego a partir da segunda metade do século XX tendo como pressuposto a importância da variável espaço, como objetivo a busca de equidade socioeconômica, e como ambição interpretativa a avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas (REIS, 2005).

O processo de reestruturação capitalista entendido em escala global é a base pela qual são pensadas e postas as políticas públicas de cunho territorial. Caracteristicamente, a nova fase do capitalismo está presente no recuo do modelo fordista diante da descentralização industrial, das novas tecnologias da informação, modernização dos transportes, comunicações e integração dos capitais financeiros, comerciais e agroindustriais, etc.

Juntamente com as novas reformulações políticas e institucionais nas quais os Estados Nacionais e os organismos públicos internacionais perdem força regulatória e gradativamente dividem espaço de importância e atuação com as organizações não governamentais na sociedade civil e empresas transfronteiriças, o processo conduz aos desequilíbrios de sistemas produtivos locais e ao aprofundamento dos efeitos excludentes de economias na dinâmica capitalista, ao

mesmo tempo em que engendra articulações sociais e econômicas como propostas de enfrentamento (COUTINHO, 1990; MARSDEN *et al* 1993; SHNEIDER, 2004).

Neste cenário, o espaço (local ou regional) deve assumir um novo papel sócio-político com crescente importância da política, no qual o governo deixa de ser a referência central de poder, abrindo precedentes para a constituição de territórios e a gestão territorial do desenvolvimento.

Tomando o “estado da arte” de economias de caráter agrário, as possibilidades de articulações com o global e as promissoras mudanças socioeconômicas no âmbito de um espaço (movimento endógeno) definem como desafio o desenvolvimento rural na perspectiva territorial.

Segundo Shneider (2004), estes desafios estão postos na crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade. Ficam mais evidente no bojo da reestruturação capitalista da produção as limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista¹ pelo qual os agricultores (famílias rurais) são levados a desenvolver estratégias de sobrevivência, orientando suas práticas produtivas não mais segundo o padrão agricultor-empresário profissional, mas sim conforme o modelo agricultor-camponês, que é autônomo, domina tecnologias, toma decisões, gere e controla processos, etc.

E neste sentido, como também resposta a estas limitações a agricultura passa a ser muito mais do que um setor fornecedor de alimentos e matérias-primas, de modo que, as atividades agrícolas e não agrícolas coexistem, e com elas uma nova interpretação do papel dos centros urbanos e das atividades multiocupacionais, a partir da pluriatividade e da diversificação setorial.

A potencialidade desta preliminar organização dos fatores endógenos – que caracterizará, de fato, o desenvolvimento rural – depende em grande parte da reelaboração interpretativa da comunidade rural e as relações estabelecidas entre os atores rurais, bem como a necessidade de novas instituições que valorize e fortaleça a agricultura familiar, a sustentabilidade do meio ambiente, o empreendedorismo local e reconheça novos atores sociais para além do modelo tradicional de agricultura produtivista.

¹ Pra fins ilustrativos reporta-se ao trabalho de Reardon e Berdegue (2003) que mostra que no processo de abertura comercial apesar de haver a intensificação das trocas, há um acirramento da concorrência ditada em grande parte ditada pela atuação das cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista em escala global, restringindo a atuação daqueles que não estão diretamente envolvidos na lógica de concentração do capital.

É nesta linha de compreensão que os trabalhos de José Eli da Veiga dão a sua contribuição ao relativizarem os critérios adotados pelo IBGE sobre a dimensão do rural.

O trabalho de Veiga (2003) sugere um rompimento com a classificação do IBGE (separação entre rural e urbano sob o ponto de vista da população) e propõe a combinação do critério de tamanho populacional do município com a sua densidade demográfica e localização para separação das áreas rurais e urbanas. Nas entrelinhas a proposta assenta-se na compreensão de que o que é contabilizado como urbano é menos urbano do que se calcula, pois a dinâmica econômica, social, política e cultural estabelecida em muitos destes espaços contados como urbanos é peculiar ao rural. E então, as definições normativas brasileiras são incapazes de mensurar a real dimensão do rural territorial brasileiro (VEIGA, 2003)

O enfoque territorial para o rural de Veiga (2003) serviu de base para os critérios utilizados para a delimitação dos Territórios Rurais no Brasil. Em especial, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi criado pelo governo Federal em 2008, e a delimitação de um Território seguia os seguintes critérios: a) Menor Índice de Desenvolvimento Humano; b) Maior Número de beneficiários do Programa Bolsa Família; c) Maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; d) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; e) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; d) maior organização social; e) menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)(SDT/MDA, 2008).

Às portas de uma década de políticas implementadas mediante um conjunto de ações e práticas que buscam reduzir a pobreza em áreas rurais e estimular o processo de participação que “empodera” os habitantes rurais (movimento endógeno), tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança, o presente trabalho se propõe apurar o grau de similaridade do perfil socioeconômico existente entre os municípios componentes e os não componentes do Programa no ano de 2010.

Material e Métodos

A metodologia utilizada foi a Análise de Componentes Principais (ACP), e Análise de *Cluster*. As bases de dados utilizadas (38 variáveis) foram microdados do IBGE e PNUD, referentes aos 223 municípios goianos que se enquadram nos critérios estabelecidos por José Eli da Veiga na definição do novo rural: densidade demográfica 80hab/km² e população até 50.000 habitantes. Os dados utilizados na análise foram padronizados. Os Territórios da Cidadania estudados são Chapadas dos Veadeiros, Vale do Panamá e Rio Vermelho.

A ACP foi aplicada, pois é um método de extração que utiliza toda a variância entre as variáveis e permite condensar (resumir) os dados para que sejam categorizados, conforme será demonstrado nos resultados.

Já a análise de cluster foi aplicada para classificar casos em grupos. Os casos classificados em um mesmo grupo são mais parecidos entre si e, naturalmente, mais diferentes das observações classificadas em outros grupos (Hair *et al.* 2009).

Neste sentido, a análise fatorial (ACP) foi utilizada para agrupar variáveis, enquanto a análise de *cluster* foi utilizada para agrupar casos, em especial, relacionados às características socioeconômicas de municípios componentes e não componentes de Territórios da Cidadania goianos (TC's) (BUSSAB; MIAZAKI& ANDRADE, 1990).

Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta os resultados da ACP. Para o ano de 2010 foram identificados 9 fatores que explicam 77,35% da variabilidade total dos dados iniciais. Foi aplicada a técnica de rotação ortogonal varimax para um melhor ajustamento das cargas fatoriais, o que não altera a quantidade total de fatores e nem sua explicação.

Em relação à Análise de *Cluster*, o teste de Pseudo-F indicou o que o melhor número de grupos é 2, o teste Duda/Hart $Je(2)/Je(1)$ indica 9 grupos, já o Pseudo-T² indicou 15 agrupamentos. A análise mais elucidativa foi feita considerando 9 agrupamentos/clusters (conforme mostra a Tabela 2). Os municípios que constituem os agrupamentos estão listados no quadro 2.

Tabela 1 - Análise fatorial – Variáveis selecionadas.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
Variável 1	0.9384	-0.0768	0.1165	0.0911	0.0461	0.0817	0.0189	0.0251	-0.1553
Variável 2	0.9715	-0.0327	0.0848	0.0504	0.0607	0.0501	0.027	0.057	-0.0862
Variável 3	0.7124	0.1598	-0.0783	-0.1355	0.0953	-0.0987	0.049	0.1638	0.2295
Variável 5	0.4619	-0.0253	-0.1333	0.2441	0.0614	-0.2433	0.0323	0.2205	0.1888
Variável 6	0.961	-0.098	0.1079	0.0476	0.0587	0.0547	0.0379	0.0232	-0.0817
Variável 7	-0.1166	0.8274	-0.1829	-0.2282	0.265	-0.0884	-0.139	0.0527	0.0937
Variável 8	-0.0944	0.8125	-0.1317	-0.232	0.3224	0.0069	-0.1578	0.0148	0.0553
Variável 9	0.1728	0.2785	0.0034	0.0522	0.9111	0.0308	0.0101	0.0124	0.0909
Variável 10	0.1208	0.308	-0.0293	0.068	0.9084	0.0276	0.0147	0.0269	0.0543
Variável 11	0.2688	-0.6381	0.2443	0.3608	0.3696	0.2068	0.1869	-0.0927	-0.0303
Variável 12	0.7287	-0.069	0.008	0.1018	0.0329	0.639	0.1291	0.0313	-0.0151
Variável 13	0.723	-0.0642	-0.0011	0.1006	0.0352	0.6449	0.1285	0.0208	-0.0111
Variável 14	0.9286	-0.0927	0.0978	0.0971	0.0453	0.2332	0.0847	-0.0279	-0.0589
Variável 15	0.3017	-0.0009	-0.0358	0.0954	0.0289	0.7633	-0.0391	0.3039	-0.0825
Variável 16	0.549	-0.0793	-0.0447	0.0244	0.0043	0.3076	0.3242	-0.3949	0.1592
Variável 17	0.9623	-0.0335	0.0683	0.0675	0.0597	0.1235	0.0502	0.0722	-0.0726
Variável 18	0.1593	0.49	0.0793	-0.0967	-0.1437	0.0751	0.2231	-0.1808	0.0931
Variável 19	0.1202	0.2945	-0.0316	-0.5329	-0.0574	-0.2884	0.0417	0.0676	0.1846
Variável 20	0.2661	-0.2678	0.2068	0.7155	0.1175	0.0691	-0.0087	-0.0876	0.0786
Variável 21	0.1329	-0.4771	0.1311	0.1233	0.0013	-0.0342	0.6354	-0.0341	0.0423
Variável 22	0.019	0.6137	-0.1588	0.0774	0.0764	0.0041	0.0517	0.1379	-0.3988
Variável 23	0.1579	-0.2213	0.1438	0.3465	-0.1398	0.2862	0.5001	0.0025	-0.4039
Variável 24	0.0293	0.0085	-0.0927	-0.0682	0.0517	0.2719	0.0589	0.7183	0.0661
Variável 25	0.125	-0.3743	0.0549	-0.1331	-0.1596	0.0793	0.1244	-0.1174	-0.7068
Variável 26	0.2641	0.066	0.1655	0.2828	-0.0191	-0.0341	0.0792	0.6915	0.0064
Variável 27	0.523	-0.0764	0.169	0.4419	-0.0719	-0.1923	0.0314	0.0762	-0.3524
Variável 28	0.0359	0.0821	0.0491	0.8588	-0.0134	-0.0401	0.0473	0.1481	0.2136
Variável 29	-0.2755	0.4662	-0.2581	-0.2553	0.1501	-0.0378	0.4318	-0.0124	0.1397
Variável 30	0.0926	-0.1469	0.9596	0.1129	0.0069	0.0091	0.0213	0.0238	0.008
Variável 31	-0.0182	0.1022	-0.9691	-0.0661	0.0253	0.0163	0.0007	0.0087	0.0547
Variável 32	-0.04	0.1084	-0.9757	-0.0759	0.018	0.0103	-0.0053	0.0083	0.043
Variável 33	0.0912	-0.1437	0.9534	0.0978	0.0032	0.0096	0.0249	0.0166	0.011
Variável 34	-0.0907	0.7113	-0.1612	0.0496	0.124	-0.1244	0.145	-0.0127	0.1842
Variável 35	-0.2231	-0.2812	0.0419	0.0479	-0.0557	-0.0102	-0.7833	-0.1943	0.1723
Variável 36	0.1011	0.4333	-0.0155	-0.2057	0.2881	-0.1995	0.0649	0.1808	-0.0483
Variável 37	-0.0365	0.7411	-0.0396	-0.0197	0.1785	0.1181	-0.0562	0.0038	0.1463
Variável 38	-0.1648	0.3483	-0.1803	-0.5657	-0.0176	-0.0729	-0.0395	-0.2003	0.2421

FONTE: Elaboração Própria. Legenda: O Fator 1 é o que possui mais relevância, podendo ser designado como um “Critério de Condição Econômica” a partir da agregação de variáveis de “Situação do domicílio”, “População Indígena”, “Pessoas Ocupadas”, “PIB”, “VA” (exclusive “VA indústria”) e “% dos ocupados no setor comércio”. O

Fator 2 foi nomeado “Critério de Pobreza” captando as informações das variáveis “% de pobres”, “% de extrema pobreza”, “% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola”, “Tx de fecundidade”, “Razão de dependência”, “% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgoto inadequado” e “% de pessoas em domicílios sem energia elétrica”. O Fator 3 é um Critério de Vitalidade”, agregando as variáveis “Esperança de vida ao nascer”, “Mortalidade infantil”, “Mortalidade até 5 anos de idade” e “Probabilidade de sobrevivência até 60 anos”. O Fator 4 diz respeito ao Critério Educação e Setor Serviço” sendo influenciado pelas variáveis “% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola”, “% de pessoas com 25 anos ou mais com superior completo”, “% dos ocupados no setor serviços” e “% de pessoas em domicílios em que ninguém tem ensino fundamental”. O Fator 5 refere-se ao “Critério Desigualdade” contendo as variáveis “Índice de Gini”, “Índice de Theil-L” e “Renda *per Capita*”. O Fator 6 corresponde ao “Critério Industrial” e é composto apenas pela variável “VA Indústria”. Já o Fator 7 diz respeito ao Critério Emprego-Idade” e é composto pelas variáveis “Taxa de atividade”, “Grau de formalização dos ocupados” e “Taxa de envelhecimento”. O Fator 8 especifica o “Critério Extração Mineral e Construção Civil” uma vez que são compostas pelas variáveis “% dos ocupados no setor de construção” e “% dos ocupados no setor extrativo mineral”. O Fator 9 define o “Critério Emprego-Indústria” e engloba as variáveis “Taxa de desocupação” e “% dos ocupados na indústria de transformação.

Quadro 2 – Municípios componentes e não componentes de Territórios da Cidadania em Goiás (2010)/ Análise de *Cluster*.

Clusters	Municípios
G1	Abadia de Goiás, Abadiânia, Adelândia, Araçu, Aragoiânia, Aurilândia, Avelinópolis, Buriti Alegre , Cachoeira Alta, Cachoeira Goiás, Caçu, Campinorte, Corumbá de Goiás, Corumbaliba, Cristianópolis, Davinópolis , Estrela do Norte, Faina, Flores de Goiás , Formoso, Gameleira de Goiás, Goiandira, Guapó, Israelândia, Itajá, Itarumã, Itauçu, Joviânia, Jussara, Lagoa Santa, Mairipotaba, Mara Rosa, Marzagão, Nova Aurora, Nova Veneza, Palestina, Palmeirópolis, Paranaiguara, Perolândia, Petrolina, Piranhas, Rianópolis, Rio Quente, Sancrerlândia , Santa fé de Goiás, Santa Israel, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio de Goiás, Três Ranchos, Urutai, Vianópolis.
G2	Acreúna, Alexânia, Alto Horizonte, Americano Brasil, Anicuns, Araguaças, Barro Alto, Bela Vista de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Crixás, Hidrolândia, Indiara, Itapaci, Itapuranga , Montividiu, Mozarlândia, Orizona, Ouvidor, Rialma, Rubiataba,
G3	Alto Paraíso de Goiás , Aruanã, Campos Belos , Cocalzinho, Goiás , Padre Bernardo, Pirenópolis, Posse .
G4	Água Limpa, Aloândia, Alvorada do Norte , Amorinópolis, Anhanguera, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Araguapaz, Arenópolis, Bom Jardim de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Britânia, Buriti de Goiás, Cabeceiras, Cachoeira Dourada, Caipônia, Caldazinha, Campo Alegre de Goiás, Campo Limpo de Goiás, Carmo do Rio Verde , Castelândia, Caturai, Cezarina, Corrego de Ouro , Cromínia, Cumari, Damolândia, Diorama, Edealina, Edéia, Firminópolis, Divinópolis, Gouvelândia, Guaraita , Heitorai , Hidrolina, Inaciolândia, Ipiranga de Goiás, Itaguari , Itaguaru , Itapirapuã , Ivolândia, Jandaia, Leopoldo de Bulhões, Matrichã, Maporá, Montes Claros, Morro Agudo , Mossamedes , Nazeiro, Nova América, Nova Glória, Novo Iguaçu de Goiás, Novo Brasil, Ouro Verde de Goiás, Palmelo, Panamá, Pontalina, Porteirão, Portelândia, Prof. Jamil, Santa Bárbara de Goiás, Santa Cruz de Goiás, Santa Rosa de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Santo Antônio da Barra, São Francisco de Goiás, São João Paraúna, São Luís do Norte, São Miguel do Araguaia, São Miguel do Passo Quatro, São Patrício, Serranópolis, Silvânia, Taquaral , Teresópolis, Turvânia, Uruana , Varjão e Vicentinópolis.
G5	Águas Frias, Amaralina, Baliza, Bonópolis, Buritinópolis , Campestre de Goiás, Campinaçu, Campos Verdes, Colinas Sul , Daminópolis , Doverlândia, Fazenda Nova, Guarani, Guarinos, Iaciara , Jesupólis, Mambai , Mimoso de Goiás, Mundo Novo, Mutunópolis, Novas Crixás, Nova Roma , Novo Planalto, Pilar de Goiás, Santa Rita, Santa Tereza de Goiás, São João da Aliança , Simolândia , Sítio da Abadia , Teresina de Goiás , Trombas, Uirapuru, Vila Boa, Vila Patrício.
G6	Cavalcante , Monte Alegre de Goiás , Montividiu, São Domingos
G7	Chapadão do céu, Cristalina, Ipameri
G8	Goiatuba, Inhumas, Iporá, Itaberaí , Jaraguá, Morrinhos, Palmeiras de Goiás, Piracanjuba, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, São Luís dos Montes Belos, Uruaçu
G9	Minaçu, Niquelândia e São Simão

Fonte: Elaboração Própria. Legenda: Negrito: Território da Chapada dos Veadeiros; Verde: Território Vale do Panamá; Vermelho: Território do Rio Vermelho.

De um modo geral, com base na tabela 3 e quadro 2, é possível perceber que os municípios que compõem os agrupamentos G7, G8 e G9, são em menor número, mas caracteristicamente apresentam “melhores” condições socioeconômicas do que os municípios que compõem o G1 a G6. Cabe realçar que o município Itaberaí, componente do Território Rio Vermelho, é o único município dos TC’s goianos que apresenta similaridade socioeconômica com estes municípios mais dinâmicos.

Tabela 2 – Definições de número de clusters (Testes)

Regra de determinação do número de grupos		Teste Pseudo T e Je.		
Número de clusters	Calinski/ Harabasz pseudo-F	Número de clusters	Duda/Hart Je (2)/Je(1)	pseudo T- squared
2	41.87	1	0.8407	41.87
3	39.73	2	0.856	33.81
4	33.28	3	0.9047	17.18
5	28.79	4	0.878	10.7
6	25.82	5	0.7876	9.71
7	23.83	6	0.7578	5.75
8	22.11	7	0.8997	7.69
9	20.77	8	0.71	6.13
10	19.72	9	0.9071	8.6
11	18.94	10	0.7242	6.86
12	18.22	11	0.894	8.42
13	17.56	12	0.8795	8.08
14	17.03	13	0.8866	6.27
15	16.55	14	0.8629	5.08
-	-	15	0.2033	3.92

Fonte: Elaboração Própria.

As condições socioeconômicas mais críticas de municípios estão nos agrupamentos G3, G4, G5 e G6. A partir de uma análise interpretativa da Tabela 3 é possível constatar que estes agrupamentos apresentaram deficiências socioeconômicas expressivas quando considerados os critérios de pobreza, desigualdade, educação, vitalidade, VA industrial e emprego-idade. Sendo assim, os resultados aqui apresentados e discutidos serão pautados, em maior grau, nestes critérios.

Do ponto de vista do critério “Pobreza”, os clusters G3, G5 e G6 realçam uma elevada população classificada como pobres e extremamente pobres, alta razão de dependência, domicílios com água e esgoto inadequados e sem energia elétrica. Nestas condições estão 46 municípios, sendo que 16 deles (cerca de 30%) são municípios componentes dos TC’s (7 municípios do Território da Chapada dos Veadeiros, * do TC Panamá e 1 do Rio Vermelho).

No tocante ao critério desigualdade, os índices de Gini e Theil evidenciam municípios do grupo G3, G6 e G9 como os mais desiguais em termos de renda. Nesta denominação de mais “desiguais” estão 07 municípios territoriais de 15 municípios totais que formam os três grupos.

O agrupamento G5, G6 e G4, respectivamente, reúnem municípios com menores taxas de ensino superior completo e juntamente com o G3 possuem as maiores taxas de pessoas sem ensino fundamental.

Tabela 3 – Apresentação dos *Clusters* sob Critérios de análise (fatores) - 2010

CRITÉRIO CONDIÇÕES ECONÔMICAS									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Urbana	4881,4	12810,2	12871,6	4073,4	3018,9	5566	21878,3	31254,4	25402
Total	6513,7	15562,8	19627,6	5481,8	4858,9	9741,5	26105,3	35417,6	30201
Rural	1632,3	2752,6	6756	1408,5	1840	4175,5	4227	4163,2	4799
Indígena	10,5	26,6	82,1	11,4	5,2	13	7,5	37,7	46,3
Ocupadas	3157,4	7396,9	8620	2580,3	2074,9	3630	12224,3	17856,9	13161,3
PIB	79731,3	249454,7	151494,4	76410,8	50495,3	194932,8	834990,3	487885,6	1009686,7
Comércio	7,4	7,5	8,9	5,3	5,8	6,1	5,6	7,8	10,3
VA AGRO	12846,6	80609,2	17700	11569,2	3892,3	73386,5	58057,7	108269,4	706210,3
VA SERV.PUB.	26042,6	51874,1	37056,8	31652,1	23137,9	60347,8	496391	99988,8	42786,7
CRITÉRIO DESIGUALDADE									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Índice de Gini	0,48	0,47	0,54	0,46	0,51	0,58	0,49	0,49	0,53
Índice de Theil	0,41	0,4	0,52	0,37	0,48	0,63	0,43	0,43	0,52
Renda per capita	636,01	634,45	566,42	555,53	415,81	430,64	731,79	723,44	711,32
CRITÉRIO POBREZA									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Pobres	8	7,8	16	9,8	23	32,5	6,7	5,8	9,6
Extr.pobre	2,3	2,3	5,6	2,9	11,5	21,1	2,2	1,7	4,2
6 a 14 escola	2,2	2	2,8	2,3	3,3	4,1	4,5	2,5	2,1
Fecundidade	2,1	2,1	2,2	2,2	2,5	2,7	2	1,9	2
Dependência	45	44,1	49,8	45,5	50,4	54,8	45,6	43,5	44,5
agua e esgoto inad	2,6	3	4,5	2,3	5,4	6,9	1,6	2,3	3,6
sem energia eletrica	0,8	0,6	1,8	0,9	3,5	20	0,5	0,5	1,9
CRITÉRIO EDUCAÇÃO E SERVIÇOS									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
0 a 5 anos na escola	63,14	61,75	67,25	66,61	73,18	70,75	56,33	64,79	67
Ens. Sup. Completo	6,64	6,18	6,91	5,32	4,05	4,25	7,76	7,99	6,35
Ocupados no setor de serviços	39,4	37,41	45,06	36,17	34,49	37,18	37,65	38,22	40,02
sem ensino Fundamental completo	32,05	29,68	34,76	34,98	38,04	41,31	27,64	29,2	27,71
CRITÉRIO VITALIDADE									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Esperança de vida ao nascer	75,33	74,89	73,92	74,1	73,89	74,2	74,48	75,57	73,68
Mortalidade infantil	12,8	13,44	15,16	14,51	14,79	14,3	14,6	12,62	15,67
Mortalidade infantil até 5 anos	15,1	15,86	17,8	17,12	17,45	16,89	16,99	14,82	18,39
Sobrevivência aos 60 anos	83,79	83,16	81,73	82,01	81,71	82,16	82,83	84,03	81,35
CRITÉRIO VA INDÚSTRIA									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
VA INDUSTRIA	12846,6	80609,2	17700	11569,2	3892,3	73386,5	58057,7	108269,4	706210,3
CRITÉRIO EMPREGO IDADE									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Tx. de atividade	66,71	67,26	68,15	65,3	61,98	57,26	72,01	69,02	64,26
Grau de formalização	47,01	53,25	42,57	42,05	35,62	38,88	57,38	49,61	55,82
Tx. de envelhecimento	8,86	7,18	6,32	9,04	7,71	6,51	5,33	8,25	7,14
CRITÉRIO EXTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
% de ocup. Construção	7,37	7,53	8,86	5,34	5,78	6,08	5,62	7,76	10,27
% de ocup. Mineral	0,76	2,95	1,76	0,55	1,15	1,14	0,23	0,27	5,24
CRITÉRIO EMPREGO-INDÚSTRIA									
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Tx. De desocupação	4,89	5,48	7,2	4,94	7,11	7,81	5,23	4,6	7,72
% de ocup. Ind.tranformação	10,14	14,6	5,73	10,36	4,51	4,3	10,41	15,01	10,09

Fonte: Elaboração Própria.

Observando o quadro 2, é possível perceber que de 36 municípios que compõem os Territórios da Cidadania em Goiás, 24 estão agrupados nestes *clusters* que apresentam um perfil mais crítico na área da educação (G4, G5 e G6). Somam-se a estes grupos também 94 municípios (não componentes de TC's) em situação educacional crítica, comparativamente aos demais municípios do estado de Goiás.

Considerando o critério de Vitalidade, os valores mais elevados estão no agrupamento G3, G4 e G5 referentes à mortalidade infantil e mortalidade até 5 anos de idade. Cabe lembrar que nestes clusters se encontram maioria dos Territórios da Cidadania e 98 municípios goianos que não são contemplados por políticas territoriais (Quadro 2).

A pouca expressividade industrial (VA Indústria) está presente, respectivamente em G5, G4 e G1. Nestes agrupamentos, estão reunidos 25 municípios componentes de TC's, em sua maioria municípios do Território do Rio Vermelho (11) e do Panamá (10). Também, é expressivo o número de municípios não componentes de TC's presentes nestes agrupamentos, apresentando esta caracterização (baixo VA industrial), 140 municípios goianos ao todo (Quadro 2).

O critério Emprego (taxa de atividade e formalização) e idade (Taxa de envelhecimento) revela que os municípios que constituem o agrupamento G4, G5 e G6 apresentam, em 2010, menores taxas de atividades e formalização do trabalho, comparativamente aos outros agrupamentos.

Considerações Finais

Com base na análise de *cluster* é possível levantar as primeiras impressões sobre as características socioeconômicas dos municípios componentes de TC's em Goiás: (a) De um modo geral, grande parte dos municípios goianos que fazem parte do recorte Territorial apresentaram, em algum momento, estatísticas significativas de pobreza e/ou baixo dinamismo econômico e educacional, e/ou desigualdade de renda e/ou emprego; (b) Mais detalhadamente, de 36 municípios que compõem os TC's em Goiás, 12 estão compondo as piores estatísticas de pobreza; 7 municípios apresentam as piores estatísticas de desigualdade (maiores valores) ; 24 municípios constituem as piores estatísticas de educação, 25 de Vitalidade e 21 de Valor Agregado industrial. No caso da educação em particular, chama-se a atenção para o acesso precário à educação das pessoas residentes nestes municípios dos TC's, considerando que a educação é um aspecto importante na promoção do desenvolvimento em qualquer economia.

(c) A análise dos municípios componentes dos TC's goianos revela ainda a disparidade socioeconômica considerável entre os municípios, visto que o agrupamento 4 apresenta municípios de TC's com problemas críticos nos níveis educacionais, vitalidade e valor adicionado na indústria, mas não estão entre os municípios mais pobres. Por outro lado, os municípios de TC's que estão agrupados

no G3 têm estatísticas significativas de pobreza, desigualdade e vitalidade, mas não apresentam valores críticos de níveis educacionais e VA industrial. O município de Itaberaí é outro exemplo de dissimilaridade, pois ele se encontra posicionado em um agrupamento com estatísticas referentes às condições socioeconômicas de menor nível crítico.

Por fim, (d) a comparação entre municípios componentes e não componentes permite-nos visualizar que boa parte dos municípios de TC's de Goiás estão incluídos em alguma caracterização socioeconômica crítica. Nesta situação se encontram também mais de 50% dos municípios goianos que não são contemplados por políticas de desenvolvimento territorial, mas que apresentam um diagnóstico preocupante referente ao desenvolvimento rural, nos termos de José Eli da Veiga.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás (PIBIC) e ao Programa Pró Projetos da UEG, edital nº029/2016, pelo financiamento de bens de consumos duráveis (computadores, mesas, cadeiras, livros, impressora) e compra de *software* (Stata) para a realização da pesquisa.

Referências

BUSSAB, W. de O.; MIAZAKI, S. E.; ANDRADE, D. F. Introdução à análise de agrupamento. **9. Simpósio Brasileiro de Probabilidade e Estatística**. São Paulo: 1990.

COUTINHO, L. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, nº 4, p.21-6, jun. 1995.

HAIR, Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E e TATHAM, R. L. **Multivariate Data Analysis**. 6ª edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2009.

MDA/SDT/CONDRAF. Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável. Brasília, **IICA, Documento do trabalho**, versão de setembro de 2008.

REIS, José (2005). **Uma epistemologia do território**. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. (<http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm>).

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.88-125, jan/jun 2004.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Editora Unesp: Anpur. 2003.